

Agricultura familiar no município de Teófilo Otoni: Importância e os desafios para produção no meio rural

Family agriculture in the city of Teófilo Otoni: Importance and challenges for production in the rural environment

Agricultura familiar en el ciudad de Teófilo Otoni: Importância e desafios para La producción en el entorno rural

Recebido: 26/04/2020 | Revisado: 27/04/2020 | Aceito: 05/05/2020 | Publicado: 12/05/2020

Maria de Lourdes Gomes Neves

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7552-9775>

Faculdade Presidente Antônio Carlos, Brasil

E-mail: luhnevesagro@gmail.com

Janaína Pereira Mendonça

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7474-8084>

Faculdade Presidente Antônio Carlos, Brasil

E-mail: pereirajmbio@gmail.com

Pedro Emílio Amador Salomão

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9451-3111>

Faculdade Presidente Antônio Carlos, Brasil

E-mail: pedroemilioamador@yahoo.com.br

Resumo

A agricultura familiar é uma maneira dinâmica de se produzir, e no atual contexto nacional é vista como um segmento estratégico para a produção de matérias primas, adquirindo assim, papel importante na manutenção da segurança alimentar e nutricional do país e tem sido amplamente discutida nos meios acadêmicos, nas políticas de governo e nos movimentos sociais. Diante disso, este estudo teve por objetivo identificar as dificuldades e os principais desafios que a agricultura familiar enfrenta para produzir e se manter no meio rural no Município de Teófilo Otoni – MG. Para tanto, realizou-se uma pesquisa bibliográfica de caráter descritivo e exploratório. A partir disso constatou-se que diversas são as dificuldades enfrentadas pelos agricultores familiares, e a falta de assistência técnica é, sem dúvidas, um

dos principais fatores que os limitam. A baixa capacidade dos órgãos que auxiliam, ou deveriam auxiliar, os agricultores familiares a elaborarem projetos mais completos e adaptados às condições locais, com análises mais detalhada sobre as espécies vegetais e animais com maior viabilidade para cada agricultor. Diante disso, conclui-se que a elaboração de políticas mais consistentes e contextualizadas com a realidade local, emerge como elemento chave para auxiliar no desenvolvimento regional sustentável e na valorização da agricultura familiar.

Palavras-chave: Agricultura familiar; Políticas públicas; Desenvolvimento sustentável.

Abstract

Family farming is a way of producing, and in the current national context is as a strategic segment for the production of chemical raw materials, as well as an important role in maintaining the country's food and nutritional security and has been discussed in within the academy, in government policies and social movements. That said, this study aimed to identify as difficulties and the main challenges that family farming faces to produce and maintain itself in rural áreas in the municipality of Teófilo Otoni - MG. To do so, it mas performed a descriptive and exploratory literature search. From this, it appears that there are several difficulties faced by family members, and the lack of technical assistance is undoubtedly one of the main limiting factors. The low capacity of agencies that help, or can help family farmers to develop more complete projects adapted to local conditions, with more detailed statistics on more viable plant and animal species for each farmer. In view of this, we conclude that the development of policies that are more consistent and contextualized with the local reality, emerges as a key element to assist in the sustainable regional development and the valorization of family agriculture.

Keywords: Family farming; Public policy; Sustainable development.

Resumen

La agricultura familiar es una forma dinámica de producción, y en el contexto nacional actual se considera un segmento estratégico para la producción de materias primas, por lo que adquiere un papel importante en el mantenimiento de la seguridad alimentaria y nutricional del país y ha sido ampliamente discutido en los medios de comunicación. académicos, políticas gubernamentales y movimientos sociales. En vista de esto, este estudio tuvo como objetivo identificar las dificultades y los principales desafíos que enfrenta la agricultura familiar para producir y mantenerse en las zonas rurales del municipio de Teófilo Otoni - MG.

Para ello, se realizó una búsqueda bibliográfica de carácter descriptivo y exploratorio. De esto se descubrió que los agricultores familiares enfrentan varias dificultades, y la falta de asistencia técnica es sin duda uno de los principales factores que los limitan. La baja capacidad de las agencias que ayudan, o deberían ayudar, a los agricultores familiares a desarrollar proyectos más completos y adaptados a las condiciones locales, con un análisis más detallado de las especies de plantas y animales con mayor viabilidad para cada agricultor. Por lo tanto, se concluye que el desarrollo de políticas más consistentes y contextualizadas con la realidad local, emerge como un elemento clave para ayudar en el desarrollo regional sostenible y en la valorización de la agricultura familiar.

Palabras clave: Agricultura familiar; Políticas Públicas; Desarrollo sostenible.

1. Introdução

A agricultura familiar é uma forma dinâmica de se produzir, compreendendo os modos de vida por sua pluralidade, originalidade, diversidade e territorialidade, onde os trabalhos e alimentos são oriundos predominantemente da própria família em áreas de até quatro módulos fiscais (SEAPA, EMATER, 2014).

Segundo levantamento do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), extinto em janeiro deste ano, no Brasil, há mais de 5,1 milhões de estabelecimentos familiares rurais. A renda do setor responde por 33% do Produto Interno Bruto (PIB) agropecuário e por 74% da mão de obra empregada no campo. Dados do último Censo Agropecuário demonstram que a agricultura familiar (IBGE, 2017) é a base da economia de 90% dos municípios brasileiros com até 20 mil habitantes. Além disso, é responsável pela renda de 40% da população economicamente ativa do país e por mais de 70% dos brasileiros ocupados no campo (Salomão, 2019).

De acordo com pesquisa realizada pelo GEPAF (2010), cerca de vinte e cinco mil famílias são membros da Agricultura Familiar no território do Vale do Mucuri e no Município de Teófilo Otoni – MG são cerca de três mil duzentos e oitenta famílias que se enquadram na condição de agricultores familiares (*Ibid*, 2020).

No atual contexto nacional a agricultura familiar é vista como um segmento estratégico para a produção de matérias primas, adquirindo assim, papel importante na manutenção da segurança alimentar e nutricional do país e tem sido amplamente discutida nos meios acadêmicos, nas políticas de governo e nos movimentos sociais (Salomão, 2020).

Nos últimos anos, têm sido formuladas e implementadas políticas públicas de fortalecimento da agricultura familiar, como por exemplo, o Programa Nacional de

Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária - PNATER e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária – PRONATER.

Fomentar, incentivar e simplificar a atividade rural é fundamental para que os agricultores familiares tenham condições de permanecer e crescer na atividade. Partindo desse pressuposto é que este trabalho tem como objetivo fazer uma reflexão sobre as dificuldades e desafios que a agricultura familiar enfrenta para produzir e se manter no meio rural no Município de Teófilo Otoni, no Estado de Minas Gerais (MG), Brasil.

2. Metodologia

Para Gil (2006), o método pode ser definido como o caminho que se faz para chegar a um determinado fim. O autor define pesquisa como sendo um “[...] processo formal e sistemático de desenvolvimento do método científico”.

Em termos metodológicos, este trabalho se delineou em formato teórico empírico, de caráter exploratório na maneira de conduzir a pesquisa e descritivo de abordagem quantitativa no modo de análise como orienta Pereira et al. (2018) e, cujo objetivo foi identificar o perfil e os principais desafios da agricultura familiar no município de Teófilo Otoni/MG, fazendo uma caracterização do pequeno agricultor da região. A pesquisa exploratória tem como escopo basilar o aprofundamento teórico ou empírico em relação a determinado constructo ou objeto de estudo (Hair et al., 2010) neste caso, a agricultura familiar do município de Teófilo Otoni/MG. Por sua vez, a pesquisa descritiva associada a modelos quantitativos de análise, segundo Malhotra (2011), é traçada pelo estabelecimento de relações entre variáveis de uma amostra e determina sua relação com os fenômenos circundantes, descrevendo-os para proporcionar uma visão específica do problema (Salomão, 2020).

Quanto aos procedimentos, configuram-se como estudo de caso e pesquisa documental já que de acordo com Vergara (2009, p.39), “estudo de caso é o circunscrito a uma ou poucas unidades, entendidas essas como pessoa, família, produto, empresa, órgão público, comunidade ou mesmo país (...)”. E documental porque “a característica da pesquisa documental é que a fonte de coleta de dados está restrita a documentos, escritos ou não, constituindo o que se denomina de fontes primárias” (Marconi & Lakatos, 2010 p. 157).

Baseando-se nas obras e opinião de diferentes autores foi preciso o levantamento e as leituras bibliográficas acerca da realidade que envolve a agricultura familiar no Brasil e no

Município de Teófilo Otoni - MG; A coleta de fontes primárias, tal como a pesquisa documental nos endereços eletrônicos dos diversos órgãos que compõem o governo federal, estadual e municipal e que oferecem políticas públicas destinadas aos agricultores familiares; e ainda a pesquisa de campo, por meio de visitas aos agricultores, Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER e Secretaria Municipal de Agropecuária.

3. Desenvolvimento

3.1 Definições e Conceitos Sobre Agricultura Familiar

A Lei Federal nº 11.326, de 24 de julho de 2006 (BRASIL,2006), estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais em seu Art. 3º considera agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos:

- I. Não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;
- II. Utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;
- III. Tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo; (Redação dada pela Lei nº 12.512, de 2011).
- IV. Dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

Para Carneiro (1999), entende-se como agricultura familiar, em termos gerais, uma unidade de produção onde trabalho, terra e família estão intimamente relacionados. Na definição de Carneiro, podemos afirmar que tanto o trabalho quanto a produção e a família estão interligados entre si, uma vez que os proprietários são os mesmos que administram e produzem.

Carmo (1999) se refere à agricultura familiar como forma de organização produtiva em que os critérios adotados para orientar as decisões relativas à exploração agrícola não se subordinam unicamente pelo ângulo da produção / rentabilidade econômica, mas leva em consideração também as necessidades e objetivos da família. Contrariando o modelo patronal, no qual há completa separação entre gestão e trabalho, no modelo familiar estes fatores estão intimamente relacionados.

Já para Wanderley (1999), a agricultura familiar engloba a produção, a produtividade e venda de mercadorias pelo mesmo ciclo de pessoas de uma família.

Com base em todo esse contexto de agricultura familiar, pode-se inferir sua importância na sociedade atual.

3.1.2 Agricultura familiar e desenvolvimento sustentável

Historicamente, predominou em relação ao setor agrícola no Brasil, os incentivos que privilegiaram os grandes produtores em detrimento dos pequenos, pois “as raízes históricas do Brasil retratam a prioridade dada à grande propriedade rural, voltada para a monocultura de exportação, e a marginalização da pequena propriedade familiar.” (Xavier, Marques & Almeida, 2012). E, de acordo com Hespanhol (2013, p. 470) somente:

Entre meados dos anos 1990 e início deste século (XXI), as políticas direcionadas ao meio rural brasileiro, particularmente as destinadas à agricultura de pequeno porte, passaram por importantes mudanças engendradas pelo Estado brasileiro.

Observa-se que não havia o apoio aos pequenos produtores rurais. Navarro (2010) divide em cinco momentos distintos o desenvolvimento agrário brasileiro, do Segundo Pós-Guerra até os dias atuais, sendo eles i) do pós-guerra até 1968; ii) de 1968 até 1981; iii) durante os anos 1980; iv) durante a década de 1990; e v) no período de 1998 a 1999 até nossos dias. Para o autor principalmente aos aspectos econômicos e, sobretudo nos últimos anos, também processos políticos ou institucionais passaram a exercer um peso diferenciador no desenvolvimento da agricultura no país. Ainda segundo o autor, a quarta fase do desenvolvimento agrário nasceu simbolicamente em 1991, época que foi assinado o Tratado de Assunção, que deu origem ao Mercosul e é uma das fases mais importantes, pois é a partir desse momento que surgem medidas político- institucionais que trarão maiores benefícios ao pequeno produtor.

Para Vinciguera (2014), o conceito de desenvolvimento sustentável surgiu em 1980, com o aumento da preocupação com o meio ambiente e com uma melhor qualidade de vida.

A Constituição Brasileira de 1988 (BRASIL,1998), que vigora até a atualidade , no capítulo VIII dedicado ao meio ambiente em seu artigo 225 instituiu o princípio de desenvolvimento sustentável:

Todos têm o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

De acordo com Segundo (2011), o termo Desenvolvimento Sustentável começou a ser mais difundido no Brasil a partir da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio-92).

Vinte anos depois a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20 realizada de 13 a 22 de junho de 2012 no Rio de Janeiro, define Desenvolvimento Sustentável como um modelo que prevê a integração entre economia, sociedade e meio ambiente e sustenta a tese de que o crescimento econômico deve levar em consideração a inclusão social e a proteção ambiental (RIO+20, 2012).

A definição de Desenvolvimento Sustentável para Brundtland (1987) é o processo que “satisfaz as necessidades presentes, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades”. Esta definição pode parecer simples à primeira vista, mas na prática, sugere que as diferentes áreas do conhecimento atuem em complementaridade à causa sócio-ambiental, conciliando questões ambientais e sociais.

Sachs (2009) defende a sustentabilidade como um conceito dinâmico, que leva em conta as necessidades crescentes das populações, num contexto internacional em constante expansão. Sachs comenta que o termo sustentabilidade é muito mais abrangente e envolvem diversas outras dimensões, além da ambiental, entre as quais destaca a sustentabilidade social; a sustentabilidade econômica e a sustentabilidade política, a qual pode ser representada pelo ambiente institucional.

Neves e Castro (2010) defendem que, dada a preocupação mundial crescente com o conceito de sustentabilidade, a inserção da agricultura familiar em subsistemas coordenados será mais valorizada pelo fato de esse segmento fortalecer as opções ambientais e socialmente corretas, além de economicamente viáveis e institucionalmente amparadas, respondendo a uma pressão da sociedade na busca por modelos de produção sustentáveis.

Órgãos como a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO) e o Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) fazem alguns apontamentos, como a implementação da integração vertical, agricultura-pecuária, incentivo à rotação de culturas, controle integrado de pragas, maior utilização da adubação orgânica e apoio a utilização de sistemas agro-florestais (FAO/INCRA, 1994).

Autores como Almeida, Cordeiro & Petersen (2001) caminham nesta mesma direção e apontam que a agricultura familiar apresenta melhores condições de sustentabilidade pelo fato

de incorporar estratégias de equilíbrio entre os parâmetros econômicos, sociais e ambientais, amparados pelo ambiente institucional. Defendem ainda que a propriedade familiar caracteriza-se numa unidade de produção e consumo, que valoriza, dessa forma, a diversidade, os policultivos, distribuídos de forma equilibrada no espaço e no tempo.

Nesse contexto é possível verificar a importância da agricultura familiar para o desenvolvimento sustentável.

3.1.3 Políticas públicas e agricultura familiar

É difícil definir uma única, ou a melhor, definição sobre o que seja política pública, atualmente há vários estudos que buscam entender e definir tal ação. O estudo sobre política pública tem sua origem na ciência política, porém não se resume a apenas um ramo desta, podendo também ser objeto de outras áreas do conhecimento, sendo utilizada para entender como e porque os governos optam por determinadas ações (Souza, 2006).

Na área de administração pública, a análise de políticas públicas passou a ser um elemento integrante da disciplina a partir da década de 1970 (Farah, 2011). De acordo com Teixeira (2002), políticas públicas podem ser definidas como sendo diretrizes e princípios norteadores de ação do poder público, bem como regras e procedimentos para as relações entre poder público e sociedade. São políticas explicitadas, sistematizadas ou formuladas em documentos que orientam ações que normalmente envolvem aplicações de recursos públicos.

Na prática, transformam-se em planos, bases de dados ou sistemas de informação, programas ou projetos que trazem por si uma visão de determinado problema e uma proposição para enfrentá-lo. Depois de implementadas são submetidas a sistemas de acompanhamento e avaliação (Teixeira, 2002; Souza, 2006).

O principal objetivo das políticas é atender e responder a demandas, principalmente dos setores marginalizados da sociedade, considerados vulneráveis, como no caso desse estudo, a agricultura familiar. Visam, também, ampliar e efetivar direitos de cidadania, bem como promover o desenvolvimento, criando alternativas de geração de emprego e renda (Teixeira, 2002).

Para Marques (2003, 2007), as políticas públicas podem ser definidas pela interação entre os atores no interior dos ambientes institucionais e relacionais presentes nas comunidades políticas. Esta nova visão da administração pública foi possível graças a redefinição do “público” da administração pública, que teve suas fronteiras ampliadas para além do Estado, passando a incluir organizações não governamentais, entidades do setor

privado e da comunidade e instituições voltadas à inclusão dos cidadãos no processo de formulação, implementação e controle de políticas públicas (Farah, 2011).

Em 1995, depois de décadas em debate, o governo federal apresentou um programa que almejava os anseios da agricultura familiar, porém as esferas governamentais não acreditavam nesse segmento, tendo em vista, o longo processo de modernização que a agricultura brasileira passara entre as décadas de 1950 a 1990. Pressionado, o governo criou então, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). (Castro & Pereira, 2017).

Gazolla e Schneider apontam o PRONAF como a principal política de apoio à Agricultura Familiar e defendem que a partir deste, outros importantes programas como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), a nova Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), a Lei da Agricultura Familiar e o Seguro Rural, vieram ou foram ampliados para auxiliar no desenvolvimento rural principalmente de pequenos agricultores.

Para Redin & Fialho, 2010, é através dessa iniciativa que se legitimou e reconheceu a agricultura familiar como um grupo social que merece destaque em âmbito de políticas.

Agricultura familiar tem relação direta com as políticas públicas de fomento a agricultura, auxiliando na produção de alimentos para as comunidade locais.

4. Resultados e Discussão

Teófilo Otoni localiza-se na região Nordeste do Estado de Minas Gerais, sua área total é de 3.242,27 Km² e encontra-se a 450 km da capital do estado. No último Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2010) o Município contava com 134.745 habitantes, a concentração urbana era equivalente a 110.059 e rural de 24.674 pessoas e densidade demográfica de 41,56 (hab./km²). Atualmente a população estimada pelo IBGE (2019) é de 140.592 habitantes.

O Município pertence à mesorregião do Vale do Mucuri, onde é considerado centro macrorregional. Possui uma extensa área rural composta por pequenos distritos, sendo eles: Pedro Versiani, Bamberg, Brejão, Santaninha, Cedro Crispim Jacques, Rio Pretinho, Mucuri, Topázio e Maravilha. A maioria desses distritos se encontra muito distantes da sede municipal (Garcia et al, 2017).

Para o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável – CMDRS (2013), a localização privilegiada de Teófilo Otoni, proporciona-lhe a oportunidade de explorar as

atividades comerciais, educacionais, de saúde entre outras, tornando-se assim um centro comercial essencial para os Municípios e regiões vizinhas.

No que tange ao meio rural, dados do último Censo Agropecuário, IBGE (2017) apontam que existem 2717 estabelecimentos agropecuários no Município, e deste total 71,51 % são de agricultura familiar, em relação ao Censo Agropecuário de 2006 houve um aumento significativo tanto no número de estabelecimentos agropecuários como da agricultura, conforme pode ser observado no Quadro 1, seguinte.

Quadro 1 - (nº de estabelecimentos agropecuários familiares e não familiares).

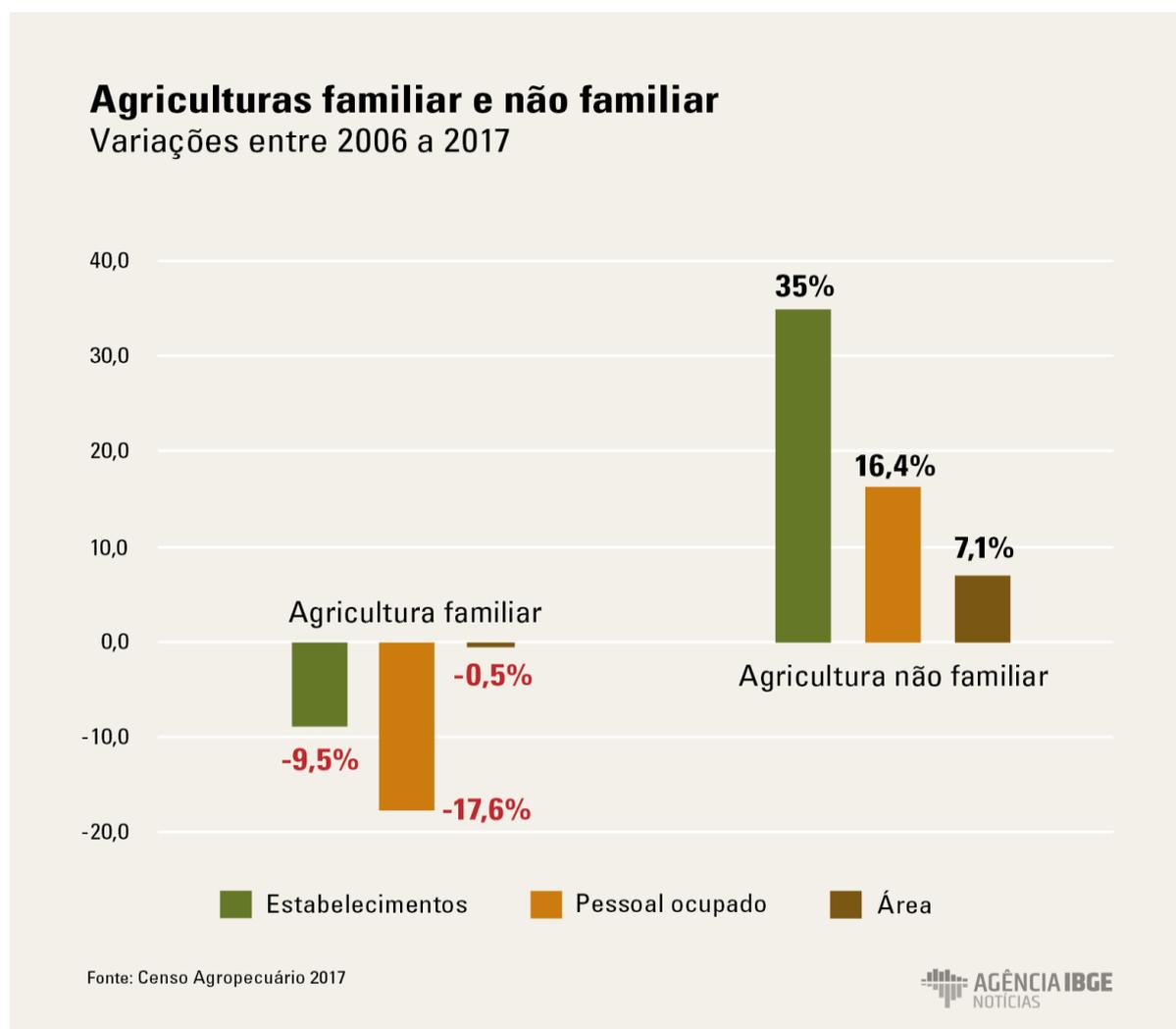
MUNICÍPIO DE TEÓFILO OTONI – MG			
Nº total de estabelecimentos agropecuários familiares e não familiares		Nº de estabelecimentos agropecuários familiares	
ANO 2006	ANO 2017	ANO 2006	ANO 2017
2429	2717	1625	1929

Fonte: IBGE adaptado (2019).

Como pode ser visto no quadro ilustrado anteriormente, houve um aumento dos estabelecimentos agropecuários nos últimos anos.

Oposto do que aconteceu no Município de Teófilo Otoni, de acordo com o IBGE a agricultura familiar encolheu no país. Dados do Censo Agropecuário de 2017 apontam uma redução de 9,5% no número de estabelecimentos classificados como de agricultura familiar, em relação ao último Censo, de 2006, conforme Figura 1, seguinte:

Figura 1 - (Agricultura familiar e não familiar, variações entre 2006 a 2017).



Fonte: IBGE, 2019.

Ainda assim de acordo com o órgão, a agricultura familiar continua representando o maior contingente (77%) dos estabelecimentos agrícolas do país, mas, por serem de pequeno porte, ocupam uma área menor, 80,89 milhões de hectares, o equivalente a 23% da área agrícola total. Em comparação aos grandes estabelecimentos, responsáveis pela produção de commodities agrícolas de exportação, como soja e milho, a agricultura familiar responde por um valor de produção muito menor: apenas 23% do total no país (Figura 2).

Figura 2 - (Agricultura familiar e não familiar, proporções das áreas).



Fonte: IBGE, 2019.

O plano Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável - PMDRS, realizado pelo CMDRS em 2013, apontou a falta de assistência técnica, dificuldades de comercialização e preços baixos, êxodo rural, falta de crédito e financiamentos a juros compatíveis com a renda do agricultor, má conservação das estradas, indisponibilidade de máquinas, equipamentos e implementos agrícolas como os principais problemas enfrentados pela agricultura familiar no Município de Teófilo Otoni.

Dados da SMAA - Secretaria Municipal de Agropecuária e Abastecimento do Município apontam que estes problemas ainda prevalecem e dificultam o desenvolvimento e a sustentabilidade da agricultura familiar no município, conforme relatório de demandas protocoladas na secretaria, a assistência técnica, manutenção de estradas, aração de terras, falta de água e problemas relacionados com a falta de mercado para os seus produtos são os principais motivos que levam os agricultores até a secretaria (SMAA, 2018).

A falta de assistência técnica que é constantemente abordada como um dos maiores problemas enfrentados pelos agricultores familiares, foi também constatada no Censo

Agropecuário, IBGE (2017) que apontou que apenas 11,74% dos estabelecimentos agropecuários em Teófilo Otoni tem algum tipo de assistência técnica.

De acordo com a SMAA, os principais canais de vendas da produção da agricultura familiar são a Feira Coberta da Bela Vista, Mercado Municipal, Feira da Avenida Floriano Peixoto, Feira do Bairro Marajoara, Programa de Aquisição de Alimentos – PAA e Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, via Cooperativa de Agricultores Familiares do Município a Frutos da Terra.

Para Souza, Almeida & Junior (2019), a inserção dos produtos da agricultura familiar no mercado institucional via PAA no município possibilitou a identificação de um problema que afeta grande parte dos agricultores, o da falta de informações e da documentação necessária para acessar o programa como a Inscrição de produtor rural, Declaração de Aptidão ao Pronaf - DAP e até mesmo o número de Inscrição Social - NIS.

Ainda de acordo com os autores dinamizar a distribuição dos alimentos e proporcionar uma melhor qualidade do produto final entregue ao PAA torna-se um grande desafio, levando em conta as inúmeras dificuldades ou a falta de meios de transporte na zona rural.

São diversas as dificuldades enfrentadas pelos agricultores familiares, e a falta de assistência técnica é sem dúvidas uma dos principais fatores que os limitam. A baixa capacidade dos órgãos que auxiliam ou deveriam auxiliar os agricultores familiares a elaborarem, projetos mais completos e adaptados às condições locais, com análises mais detalhadas sobre as espécies vegetais e animais com maior viabilidade para cada agricultor, a consideração sobre a experiência do agricultor, a definição da tecnologia a ser empregada, o estudo sobre as alternativas de comercialização dos produtos, entre outros aspectos, na maioria dos casos não são considerados e isso impacta diretamente nos resultados da produção e da sobrevivência da agricultura familiar.

5. Considerações Finais

O Objetivo deste trabalho foi o de identificar os principais problemas enfrentados pelos agricultores familiares no Município de Teófilo Otoni.

É importante destacar que o intuito é refletir sobre os limites e desafios impostos diariamente aos agricultores. Sendo assim, considera-se extremamente necessário a elaboração de políticas mais consistentes e contextualizadas com a realidade local. Já que, apenas a criação de ações não significa a garantia de implementação e acesso à proposta

elaborada, considerando também a escassez de estudos referentes ao tema na região, portanto, dificulta os resultados e a área de conhecimento para trabalhar futuras melhorias.

É relevante destacar que acabar com o gargalo de infraestrutura é um fator crucial para melhoria da renda dos agricultores e agricultoras, fortalecendo e incentivando as redes de comércio da agricultura familiar no município e na região. Entretanto, é fato a importância das políticas públicas voltadas para o homem do campo, pois programas como o PNAE e PAA, podem se firmar como instrumentos para auxiliar no crescimento local, no desenvolvimento regional sustentável e na valorização da agricultura familiar.

Ficando como sugestão de trabalhos futuros o estudo dos principais nichos de produções na qual a agricultura familiar se apoia.

Referências

Brasil (2010). Artigo 225 Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

Atualização em 2010. Disponível em:

https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988_26.06.2019/art_225_.asp.

Acessado em 08 Maio 2020.

Brasil. (2006). *Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm. Acessado em 09 maio 2020.

Brasil. (2019). Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Disponível em:

<http://www.agricultura.gov.br/noticias/decada-de-esperanca-e-ascensao-para-a-agricultura-familiar>. Acessado em 20 abril 2020.

Carmo, R & Agrária, AQ. (1999). O perfil da Agricultura Brasileira. In *Integrado aos anais do XXXVII Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural, realizado em Foz do Iguaçu/PR*.

Carneiro, M. (1999). Agricultores familiares e pluriatividade: tecnologias e políticas. *Mundo rural e tempo presente*. MAUAD–Pronex.

Castro, CN & Pereira, CN. (2017). *Agricultura familiar, assistência técnica e extensão rural ea política nacional de Ater* (No. 2343). Texto para Discussão.

Farah, MFS. (2011). Administração pública e políticas públicas. *Revista de Administração Pública*, 45(3), 813-836.

Garcia, EMB. (2017). *Plano municipal de conservação e recuperação da mata atlântica de Teófilo Otoni: um instrumento de gestão ambiental*.

Gazolla, M & Schneider, S. (2013). Qual " fortalecimento " da agricultura familiar?: uma análise do Pronaf crédito de custeio e investimento no Rio Grande do Sul. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, 51(1), 45-68.

GEPAF - Grupo de Pesquisa em Agricultura Familiar. *Atualização do plano de desenvolvimento territorial rural sustentável: território da cidadania Vale do Mucuri-MG / Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri. Pró-reitoria de Extensão. Grupo de Pesquisa em Agricultura Familiar. – Teófilo Otoni: UFVJM, 2010.*

Gil, AC. (2010). *Como elaborar projetos de pesquisa*. São paulo: Atlas.

Hespanhol, RADM. (2013). Programa de Aquisição de Alimentos: limites e potencialidades de políticas de segurança alimentar para a agricultura familiar. *Sociedade & Natureza*, 25(3), 469-483.

IBGE. (2006). *Censo agropecuário 2006: resultados preliminares*. Instituto Brasileiro de Geografia (IBGE).

Kato, OR, Vasconcelos, SS, Oliveira Figueiredo, R, Carvalho, CJR, Abreu Sá, TD, Shimizu, MK & Borges, ACRM. (2012). Agricultura sem queima. *Embrapa Amazônia Oriental- Fôlder/Folheto/Cartilha (INFOTECA-E)*.

Malhotra, NK. (2011). *Pesquisa de marketing: foco na decisão*. São Paulo: Pearson, Prentice Hall.

Marques, CE. (2009). De Quilombos a quilombolas: notas sobre um processo histórico-etnográfico. *Revista de Antropologia*, 52 (1), 340-74. <https://doi.org/10.1590/S0034-77012009000100009>. 339-374.

Marques, E. (2007). Os mecanismos relacionais. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 22(64), 157-161.

May, T & May, T. (2004). *Pesquisa social: questões, métodos e processos*. Artmed.
MG. (2014). *Perfil da Agricultura Familiar de Minas Gerais*. Governo do Estado de Minas Gerais e Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de Minas Gerais.

Navarro, Z. (2010). Meio século de transformações do mundo rural brasileiro e a ação governamental. *Revista de Política Agrícola*, 19, 107-118.

Pereira, AS et al. (2018). *Metodologia da pesquisa científica*. [e-book]. Santa Maria. Ed. UAB/NTE/UFSM. Acesso em: 9 maio 2020. Disponível em: https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/15824/Lic_Computacao_Metodologia-Pesquisa-Cientifica.pdf?sequence=1.

Pereira, JM & Lisboa, MRL. (2017). Plano municipal de conservação e recuperação da Mata Atlântica de Teófilo Otoni.

Sachs, I. (2000). *Caminhos para o desenvolvimento sustentável*. Editora Garamond.

Salomão, PEA & Hirle, REW. (2019). Study of the influence of burning on chemical properties and seed bank of Mucuri Valley. *Research, Society and Development*, 8(12), 358121799.

Salomão, PEA, Barbosa, LC & Cordeiro, IJM. (2020). Pasture degraded areas recovery: a brief review. *Research, Society and Development*, 9(2), 57922057.

Salomão, PEA, Ferro, AMS & Ruas, WF. (2020). Herbicides in Brazil: a brief review. *Research, Society and Development*, 9(2), 32921990.

Salomão, PEA, Nery, I.P & Pereira, JM. (2020). Sustainability evaluation of livestock in rural properties in the municipality of Malacacheta. *Research, Society and Development*, 9(1), 152911858.

SMAA – Secretaria Municipal de Agropecuária e Abastecimento. *Relatório Anual de Atividades 2018*. Teófilo Otoni – MG, 2018.

Souza, C. (2006). Políticas públicas: uma revisão da literatura. *Sociologias*, (16), 20-45.

Souza, SC, Almeida, EG & Ferreira Jr, DC. (2019). Estudo de caso do paa: instrumento de desenvolvimento social junto à agricultura familiar. In: VIII CONINTER - Congresso Internacional Interdisciplinar em Sociais e Humanidades, Maceió/AL – 28 a 31 de outubro de 2019 . ISSN 2316-266X, nº 8.

Teixeira, EC. (2002). O papel das políticas públicas no desenvolvimento local e na transformação da realidade. *Salvador: AATR*, 200.

Vieira, RS. (2012). Rio+ 20–conferência das nações unidas sobre meio ambiente e desenvolvimento: contexto, principais temas e expectativas em relação ao novo “direito da sustentabilidade”. *Novos Estudos Jurídicos*, 17(1), 48-69.

Vinciguera, AP. (2014). *Agricultura Familiar – Uma Análise do Pequeno Produtor Rural no Município de Assis*. Fundação Educacional do Município de Assis – Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis – IMESA.

Wanderley, M. D. N. B. (1999). Raízes históricas do campesinato brasileiro. *Agricultura familiar: realidades e perspectivas*, 3, 21-55.

WCED. (1987). World Commission on Environment and Development, & Brundtland, G. H. (1987). *Presentation of the Report of the World Commission on Environment and Development to the Commission of the European Communities, the EC and EFTA Countries... 5 May, Brussels*. World Commission on Environment and Development.

Xavier, KD, Marques, DMF & Almeida, LMMCA. (2012) *Relevância da agricultura familiar segundo dados do Censo Agropecuário de 2006: Uma análise comparativa entre Goiás e os*

estados do Pará, Pernambuco, São Paulo e Rio Grande do Sul. Goiana: Conjuntura
Econômica, V. 21, 2012.

Porcentagem de contribuição de cada autor no manuscrito

Maria de Lourdes Gomes Neves – 60%

Janaína Pereira Mendonça – 30%

Pedro Emílio Amador Salomão – 10%